



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BACHARELADO EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) /LÍNGUA PORTUGUESA

**O INTÉRPRETE EDUCACIONAL E SUAS RELAÇÕES EM SALA DE
AULA: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO**

JÉSSICA FIOCO

São Carlos

2018

Jéssica Fioco

O INTÉRPRETE EDUCACIONAL E SUAS RELAÇÕES EM SALA DE AULA: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal de São Carlos, como requisito básico para a conclusão do curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) /Língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Dra. Lara Ferreira dos Santos

São Carlos

2018

AGRADECIMENTOS

A Deus por abrir as portas para que eu ingressasse na universidade e por ter me dado saúde, força e discernimento para superar as dificuldades.

Aos professores que me incentivaram e compartilharam todo o conhecimento.

À minha orientadora Lara Ferreira dos Santos por aceitar o desafio de trabalhar comigo mesmo sabendo que não seria fácil, e por me ensinar a crescer como pessoa e como profissional.

Ao curso TILSP por ter dado o seu melhor para formar profissionais capacitados.

Às minhas amigas da graduação para vida Thayná, Marina, Isadora e Ludmilla por estarmos juntas desde o começo nos apoiando e dando forças.

Aos intérpretes, que possibilitaram a acessibilidade na banca examinadora do meu trabalho de conclusão de curso.

Às professoras convidadas para a banca examinadora do meu Trabalho de Conclusão de Curso, Vanessa Martins e Mariana Campos, por acompanharem toda a minha trajetória acadêmica e contribuírem para a minha formação.

Aos meus pais, Gislene e Wilson pela vida e por serem meu alicerce, e terem batalhado muito para que eu tivesse uma boa educação.

À minha irmã Camila, que sempre me incentivou e me ajudou a entrar na Universidade.

Ao Charlie, meu irmão de quatro patas, que sempre me recebia com muito amor e carinho cada vez que eu voltava para casa, e por permanecer ao meu lado nos momentos de nervosismo e desespero.

A toda minha família por estar sempre ao meu lado vibrando a cada vitória.

À minha avó por ter sido uma matriarca maravilhosa e a base de toda a família.

Aos meus amigos por compreenderem a minha ausência em alguns momentos, e por estarem comigo nos momentos bons e ruins.

Ao meu sobrinho por ter vindo em uma hora tão boa para me dar forças e não me permitir desistir.

*Que todos os nossos esforços estejam sempre
focados no desafio à impossibilidade. Todas
as grandes conquistas humanas vieram
daquilo que parecia impossível.*

Charles Chaplin

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso teve como contexto a educação inclusiva de alunos surdos e os processos de ensino e aprendizagem. Levando em consideração a atual legislação que garante a inclusão do aluno surdo na escola regular, e o direito a uma educação acessível, este trabalho teve a finalidade de analisar as relações em que o Intérprete Educacional está imerso durante sua atuação na sala de aula e entender as especificidades destas, a partir das publicações após o Decreto 5.626, do ano de 2005. Esta pesquisa foi realizada através de um levantamento bibliográfico nos periódicos Portal de Periódicos CAPES e Scielo, no período de treze anos (2005 a 2018). Após a coleta e análise dos dados observou-se que há poucos registros sobre as relações interpessoais do Intérprete Educacional; sendo assim percebeu-se que quando se trata desta temática específica os resultados de pesquisas são bastante escassos. Há indícios de que há maior preocupação com as discussões sobre a função pedagógica do profissional e a parceria entre professor e intérprete, mas pouco se discute a relação de proximidade entre intérprete e aluno surdo. Assim, são necessárias mais pesquisas sobre o tema para compreender melhor de que forma esta relação influencia a atuação do intérprete.

Palavras-chave: Intérprete Educacional; Relações; Ensino-Aprendizagem; Educação Bilíngue de surdos; Surdez.

Jéssica Fioco

O INTÉRPRETE EDUCACIONAL E SUAS RELAÇÕES EM SALA DE AULA: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal de São Carlos, como requisito básico para a conclusão do curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) /Língua Portuguesa.

Aprovado em: 06 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Vanessa Regina de Oliveira Martins - UFSCar

Prof. Dra. Mariana de Lima Isaac Leandro Campos - UFSCar

Prof. Dra. Lara Ferreira dos Santos - UFSCar (orientadora)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
CAPÍTULO I: EDUCAÇÃO DE SURDOS E ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL	10
CAPÍTULO II: DELINEAMENTO METODOLÓGICO E CONTEXTO DA PESQUISA	211
CAPÍTULO III: RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	Erro! Indicador não definido.
CAPÍTULO IV: CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	32

APRESENTAÇÃO

Iniciar os estudos na área da surdez não foi fácil pra mim, pois eu não tinha conhecimento algum sobre esta área, conhecendo-a apenas quando ingressei na Universidade para cursar o Bacharelado em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras)/ Língua Portuguesa. A escolha do curso não foi baseada em desejos pessoais, mas em circunstâncias que o momento me proporcionou.

Ao entrar na Universidade me deparei com o principal desafio, o de aprender uma nova língua; em alguns momentos pensei em desistir, mas mesmo com todas as dificuldades me mantive firme. Conforme ia aprendendo sobre a área o interesse ia aumentando e a vontade de me aprofundar crescia cada vez mais. Durante a graduação me interessei por algumas esferas de atuação e pesquisa, mas a que me chamou atenção e me atraiu foi a educacional, por se tratar de uma área encantadora e onde podemos ver o quão gratificante é fazer um trabalho tão maravilhoso.

Durante o curso, nas aulas em que se tratava da área educacional, eu ficava me perguntando como era a educação inclusiva dos surdos e o processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo, dentre outras indagações, e então com todas as dúvidas despertadas em mim e a vontade de encontrar respostas defini o meu tema de pesquisa. Iniciei minha pesquisa fazendo buscas online em sites de periódicos, e a cada nova descoberta minha vontade de encontrar respostas ia aumentando.

Ao me aprofundar na pesquisa encontrei diversos autores, e isso fez com que eu refletisse e olhasse a partir de uma perspectiva profissional sobre todas as situações, as escolhas para que a pesquisa fosse realizada foram de acordo com as propostas mais próximas do ensino e aprendizagem em sala de aula.

Em relação ao desenvolvimento desta pesquisa, está organizada em três capítulos, apresentados a seguir.

No primeiro capítulo introduzimos a educação dos surdos e a atuação do tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa; foi realizada a contextualização das barreiras enfrentadas pelos surdos, das leis e decretos vigentes e também sobre o trabalho do intérprete de Libras no contexto da sala de aula – o Intérprete Educacional.

O segundo capítulo traz aspectos metodológicos da pesquisa, em que se destaca a coleta e filtragem de registros em dois portais de periódicos.

No terceiro capítulo apresentarei as discussões e resultados dos dados obtidos através do levantamento bibliográfico.

No quarto e último capítulo trarei as considerações finais, não com o objetivo de encerrar as discussões, mas apontando lacunas e caminhos para futuras pesquisas.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO DE SURDOS E ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL

Atualmente no Brasil há poucas experiências em escolas exclusivamente de surdos; isto devido ao fato de que no ano de 1994, a partir da Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), foi instituída a política educacional inclusiva. Assim sendo, há diferentes propostas de educação para surdos desde então; no Brasil inicialmente tal proposta esteve vinculada à Educação Especial, tendo como conceito fundamental a visão clínica/médica, e visando atender alunos com diferentes especificidades. Algumas leis (BRASIL, 1996; BRASIL, 2000) promoveram debates sobre acessibilidade e educação para surdos, mas na prática poucas alterações foram feitas no sentido de incluir, de fato, alunos surdos. Desta forma, esses alunos continuavam segregados em escolas especiais (CAMPOS, 2014).

De acordo com Campos (2014) a comunidade surda vem lutando pela quebra de barreiras e preconceitos na sociedade e nas escolas. Para que a inclusão escolar ocorra de forma adequada algumas questões precisam ser repensadas, como as condições culturais históricas e linguísticas. O que se observa nas escolas ditas inclusivas são professores sem conhecimento da Língua Brasileira de Sinais Libras e falta de estrutura para atendimento aos alunos surdos. A autora aponta ainda que há divergências entre pesquisadores: alguns defendem que a educação de surdos precisa acontecer em escolas regulares com os alunos ouvintes, e outros defendem uma escola que respeite a língua, cultura, que disponha de metodologia específica, currículo e práticas direcionadas aos surdos.

Campos (2014) afirma que a abordagem mais adequada de educação para crianças surdas é o bilinguismo; nesse modelo é proposto que se ensine duas línguas para criança: a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda. A partir de um ensino precoce da língua de sinais a criança fica exposta o mais cedo possível aos conhecimentos de mundo, e isso promove seu desenvolvimento global.

Com a publicação do Decreto 5.626 (BRASIL, 2005) passou-se a discutir de forma mais aprofundada a proposta de educação bilíngue para surdos. Neste documento, o conceito de educação bilíngue se apresenta de forma a garantir o atendimento a todos os alunos, a saber: promovendo cursos de Libras para professores para que tenham conhecimento dessa outra língua (e possam passar algum conhecimento diretamente

para o aluno), e também obrigatoriamente oferecer escolas e classes do ensino infantil e do fundamental com professores bilíngues. A proposta inicial dentro das escolas, para que o ensino aconteça de maneira correta, é a de que devem contar com docentes, das diferentes áreas de conhecimento cientes das singularidades linguísticas dos alunos surdos.

De acordo com Campos (2014) ao longo da história os sujeitos surdos vivenciaram três modelos de educação, que exploraremos a seguir. O primeiro é a educação moderna, em que o surdo é considerado um ser para experiências a partir do conceito da cura, invalidez, incapacidade e deficiência, sendo oprimido a não mostrar o seu jeito de ser, do povo surdo. Essa educação faz com que os surdos sejam excluídos e que não tenham posições diante da sociedade. Os surdos não podiam ser inseridos na sociedade, o seu único espaço era nas escolas especiais - e tudo sob a visão clínica e sem nenhuma divulgação da produção cultural e linguística.

Já no segundo modelo, referido como “educação para a diversidade”, impõe-se ao surdo que tenha experiências como os ouvintes e o impedem de mostrar a sua diferença, pois não há lugar para o diferente. Apesar de nessa perspectiva pareça haver uma aceitação da surdez como algo bom, apenas a cultura ouvinte é tida como perfeita. Embora se aceite o surdo, a cultura ouvinte majoritária é tida como superior, melhor (CAMPOS, 2014).

A educação cultural, terceiro modelo, aponta que os surdos são sujeitos diferentes e culturais; neste espaço eles lutam pelos seus direitos para que consigam pertencer a uma cultura que tenha a Libras como primeira língua e, ainda, que tenham suas próprias identidades. A luta também é pela presença de tradutores e intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (TILS) e pela pedagogia da diferença, pois segundo a autora sem esta não existe inclusão, e sim exclusão. Sem a presença de TILS o surdo não tem acesso às informações e nem inclusão social, por isso é de suma importância a presença desse profissional para que ocorra a participação em atividades educacionais ou sociais.

Atualmente existe uma série de leis que apoia a educação inclusiva, para que o surdo tenha de fato acesso a educação. A lei 10.436 (BRASIL, 2002) foi criada a partir do reconhecimento do estatuto linguístico e reconhece a Língua de Sinais como meio de comunicação e expressão das comunidades surdas.

O Decreto 5.626 (BRASIL, 2005) defende que os surdos têm o direito de aprender, por meio da língua de sinais, em escolas ou salas de aula para surdos, e também que a disciplina de Libras seja obrigatória na grade curricular dos cursos de

licenciatura, pedagogia e fonoaudiologia; também é obrigatória a presença de TILS na sala de aula para que o aluno surdo tenha acesso ao conteúdo. A configuração do espaço da sala de aula, portanto, se dá da seguinte forma, de acordo com o Capítulo VI do Decreto:

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a **presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa**.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

§ 2º Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação. (GRIFO NOSSO).

O tradutor e intérprete de Libras e língua portuguesa é o profissional que realiza a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e/ou consecutiva¹, atuando no nível fundamental, médio e superior. Este trabalho inclui ações como atuação em processos seletivos para cursos em instituições de ensino, estar presente na sala de aula para viabilizar o acesso dos alunos ao conteúdo curriculares e ao conhecimento, e em todas as atividades didático-pedagógica, e no apoio à acessibilidade aos serviços e atividades-fim da instituição de ensino (BRASIL, 2005).

Segundo Quadros (2004) o TILS é definido como um profissional que domina a Libras e a língua falada do país.

No Brasil, o intérprete deve dominar a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa. Ele também pode dominar outras línguas, como o inglês, o espanhol, a língua de sinais americana e fazer a interpretação para a língua brasileira de sinais ou vice-versa (por exemplo, conferências internacionais). Além do domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, o profissional precisa ter qualificação específica para atuar como tal. Isso significa ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação. O profissional intérprete também deve ter formação específica na área de sua atuação (por exemplo, a área da educação) (QUADROS, 2004, p. 27).

¹ Esta é a definição do profissional conforme a legislação. Pagura (2003) descreve mais detalhadamente os processos e tipos de tradução e interpretação, o que não é nosso enfoque neste estudo.

Entretanto sua função no espaço educacional mostra-se bastante complexa, pois envolve tarefas educativas que o levará a práticas diferenciadas, com o objetivo não só de interpretar/traduzir, mas de favorecer o aprendizado por parte do aluno (LACERDA, 2009; SANTOS, 2014; MARTINS, 2016)

Segundo Lacerda (2000), no contexto educacional o TILS mantém uma relação entre professor - aluno surdo/aluno, ouvinte/aluno surdo e também media os processos de ensino/aprendizagem, tendo uma grande responsabilidade sobre o conteúdo para não haver omissões, acréscimos ou distorção do mesmo. O profissional deve estar sempre atento à compreensão dos alunos surdos para que participem da aula, e em alguns momentos o TILS possa deixar o seu papel “original” para assumir outras demandas como, por exemplo, assumir tarefas do educador ao fazer uma aula de leitura para os alunos surdos.

Antes de dar continuidade a estas discussões, cabe aqui diferenciar papel e função, evitando conflitos de idéias e visando esclarecer nosso ponto de vista sobre a questão. Concordamos com Martins (2016, p.149) quando afirma que:

Papel é da ordem da prescrição e do ordenamento, tendo limites bem demarcados, já a função é ativada pela relação com o outro e pode ser transitória. Atuo em uma função dependendo do contexto: de ser mãe, de ser docente, de ser pesquisadora, de interpretar na mestria. O intérprete, portanto, funciona como agente pedagógico na medida em que o surdo o convoca para este lugar.

No espaço educacional o TILS tem como responsabilidade levar as informações sobre dificuldades e facilidades de aprendizagem do aluno ao professor. Um preparo importante que o profissional precisa ter é o de atuar como educador, para favorecer a construção do conhecimento e também para auxiliar o professor em atividades, destacando pontos em houve mais dificuldade para o aluno, bem como trabalhar em parceria para que ocorra uma inclusão harmoniosa. Não se trata de assumir a função do professor, ele continuará com a função de planejar e decidir o melhor conteúdo e forma de ensino e também de desenvolver a avaliação dos alunos – mas a parceria certamente trará benefícios a todos (LACERDA, 2009; MARTINS, 2016).

Ainda de acordo com a autora, afirma-se que é indispensável ao TILS estar imerso na prática da sala de aula, pois ele conhece a criança surda, a Libras e ajuda muito no contexto da interação; mas é preciso que os papéis de cada um estejam claros.

É de extrema importância, por exemplo, o professor aprender o básico da Libras para que consiga ter uma interação mínima com o seu aluno, visto que ele é a autoridade máxima em sala de aula e deve ao menos comunicar diretamente ao aluno tarefas básicas do cotidiano.

Em uma pesquisa desenvolvida por Kelman (2005) foram entrevistados professores que atuavam em sala de aula com alunos surdos incluídos; as entrevistas revelaram que os intérpretes não se limitavam a interpretar e que os professores é que precisavam estar em consonância e saber quais atividades preparar. Um ponto destacado pelos professores foi a maneira de ensinar língua portuguesa para os alunos surdos já que não são usuários fluentes da língua. Segundo a pesquisadora uma alternativa é um aprofundamento nos estudos sobre essa forma de atuação.

Ainda segundo a autora, para um melhor desempenho do professor existe a “escola para todos”², momento formativo em que os professores recebem orientações mais generalistas para atender todos os alunos e todas as necessidades educativas especiais. Todavia existem diferenças que precisam ser contempladas e com isso exige-se que haja professores especializados para auxiliar o professor regente de classe. Os cursos voltados para atuar como professor de surdos seriam os cursos de Letras/Libras e, dependendo do foco, ter-se-ia o português como segunda língua; já para uma formação bilíngue é exigida formação em pedagogia - então o professor poderia atuar na educação infantil e primeira etapa do ensino fundamental sem a presença de TILS. Mas para que isso ocorra precisa haver maior envolvimento por parte dos profissionais, e esse aprofundamento não é uma realidade comum no cotidiano escolar (KELMAN, 2005).

Para que a educação bilíngue aconteça não basta ter alguém presente na sala de aula ou na escola que saiba Libras, é muito mais complexo que isso; é necessário que a língua circule em todo o ambiente escolar.

Com relação a atuação do intérprete – mas na pesquisa aqui apresentada destaca-se o nível superior -, as dificuldades são de outra complexidade; seu trabalho está mais voltado para questões linguísticas e de mediação pedagógica, mas os intérpretes sofrem com a ausência de vocabulário específico e acabam não encontrando

² Trata-se de um movimento/ação, que vai ao encontro das práticas educacionais inclusivas e que visa dar maior suporte aos profissionais.

léxico para termos e conceitos específicos - e a alternativa, muitas vezes, é criar sinais junto ao aluno surdo (GURGEL, 2010).

Essa discussão sobre a função e a posição que um TILS deve assumir é complexa, pois existem diferenças de atuação nos diferentes níveis de ensino, seja pela diferença de faixa etária, pela diferença de domínio de Libras e/ou pela complexidade dos conteúdos tratados. A especificidade de conteúdos que o TILS vai interpretar e a faixa etária com a qual irá trabalhar demandam um processo de formação específica para este profissional. Conteúdos mais complexos vão exigir do TILS conhecimentos outros que ultrapassam o domínio apenas linguístico e que exige, de certa forma, um preparo e conhecimento sobre determinados assuntos e disciplinas (GURGEL, 2010, p. 66).

Nesta mesma pesquisa desenvolvida por Gurgel (2010) sobre práticas e formação do TILS, destaca-se a atuação de dois intérpretes que atuavam no ensino fundamental de uma escola pública e dois que atuavam no ensino superior de uma faculdade particular, e os resultados das pesquisas foram: no ensino fundamental os alunos não tinham conhecimento nenhum sobre material didático e nem eram alfabetizados, o intérprete precisava ensinar como localizar a página, observar os conteúdos com cautela e o professor não percebia isso (pois seu olhar era mais direcionado aos alunos ouvintes, que sabiam) e seguia com o conteúdo. A intérprete assumia a função de educadora, orientando os alunos, construindo estratégias específicas para os mesmos.

Nota-se, porém, que no ensino superior o intérprete e os alunos surdos se apoiam no momento da comunicação; os alunos têm acesso ao conteúdo através de livros, têm autonomia para pesquisar palavras, sinais e sinônimos, têm liberdade para falar sobre as dificuldades com a língua portuguesa e, principalmente, conseguem tirar dúvidas com o professor, pedir auxílio na compreensão de alguns conceitos e materiais que podem ser utilizados. Mas esse contexto mostra-se bastante diferente na educação básica, visto que muitas vezes as crianças/adolescentes surdos sequer dominam a Libras, e pouco compreendem as funções do professor e do TILS (GURGEL, 2010).

Em pesquisa realizada por Lacerda e Bernardino (2009) nas etapas iniciais da escolarização, foram contratados intérpretes para que os alunos surdos tivessem a possibilidade de receber as informações escolares em Libras, e também compartilhar temas acadêmicos e ter acesso aos conhecimentos e culturas do grupo. O resultado do estudo indica a inadequação do profissional intérprete para esta etapa. As autoras destacam, por exemplo, algumas diferenças entre a atuação do intérprete na sala de aula

do ensino superior, no ensino médio e no ensino fundamental, como a questão da maturidade do aluno, da necessidade de adaptação linguística por parte do intérprete e também a diferença na construção da relação com o aluno surdo, a depender de sua faixa etária.

Muitas vezes o intérprete assume papéis que não lhe cabem, como ensinar Libras, atender demandas pessoais do aluno, cuidados com o aparelho de amplificação, atuar como educador diante da dificuldade de aprendizagem do aluno – talvez pela proximidade com o aluno, talvez por falta de formação/desconhecimento de suas funções.

Entrevistas feitas com intérpretes (LACERDA; BERNARDINO, 2009) apontam que suas responsabilidades podem ser: interpretar em Libras/língua oral para professores, alunos ouvintes e crianças surdas; ensinar Libras para crianças e professores para propiciar a comunicação; adicionar informações para clarear as instruções do professor para a criança, procurando ter a certeza que a criança compreendeu.

Nota-se que as experiências apresentadas até este momento aconteceram anteriormente ou logo após a publicação do Decreto 5.626 (BRASIL, 2005), quando não havia clareza sobre as normativas da profissão do TILS, indicando a inadequação deste nas fases iniciais da escolarização. Hoje se sabe que sua presença é indicada a partir dos anos finais do ensino fundamental.

Segundo Lacerda (2012), as pesquisas de Stinson e Liu (1997-1999) apontam que o intérprete tem um papel fundamental, que vai muito além de interpretar somente o conteúdo da sala de aula; é preciso ter modos e posturas que interfiram positivamente na inclusão da criança surda. Conteúdos muitas vezes não são adaptados para que o aluno surdo tenha acesso e isso faz com que a maior parte das informações seja adaptada pelo intérprete, e não pelo professor.

Com relação à formação profissional, no Brasil a formação do TILS começou a ser discutida em torno do ano de 2005, a partir da publicação do Decreto 5.626 (BRASIL, 2005). Essa formação tem caráter generalista, para acompanhar os surdos em todos os ambientes sociais que se fizer necessário. Pouco se fala sobre o contexto educacional, mas é específico para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio e superior, para atender alunos surdos que, supostamente, já sabem Libras e têm um conhecimento sobre o assunto. Inicialmente, profissionais TILS atuavam nas séries

iniciais, muitas vezes pessoas sem qualificação, e isso acabava prejudicando o aluno, pois é a fase de aquisição linguística, mais importante em seu desenvolvimento.

Segundo Lacerda (2000; 2003; 2006) o papel do intérprete é pouco claro tanto para pessoas que atuam como intérpretes tanto para aquelas que trabalham no contexto escolar; é preciso estar atento também ao nível de formação do TILS.

Em uma pesquisa realizada por Lacerda (2012), a autora fez entrevistas com quatro intérpretes: duas atuavam no ensino fundamental e duas na educação infantil. Duas tinham formação no ensino superior, em educação e fonoaudiologia, e as demais apenas ensino médio. Todas aprenderam Libras com a comunidade surda, mas apenas duas fizeram cursos com a FENEIS (Federação Nacional de educação e integração dos surdos), e apenas uma foi aprovada no exame PROLIBRAS³. Alguns resultados da pesquisa foram destacados no ensino fundamental. A presença de dois educadores em sala de aula - a professora regente e o intérprete de Libras - faz com que o ensino seja bastante singular e requer que a atenção dos alunos seja redobrada, pois precisam saber quem está ministrando e quem está interpretando o enunciado.

A partir da publicação da do Decreto 5.626 (BRASIL, 2005) e da Lei 12.319 (BRASIL, 2010), a atuação e, especialmente, a formação do tradutor e intérprete de Libras passou a ter maior destaque nas pesquisas da área da surdez, visto que anteriormente esta formação se dava “em serviço”. Conforme se observa, o mesmo processo formativo ocorreu com os tradutores e intérpretes de outras línguas:

[...] as atividades de tradução e interpretação sempre foram exercidas por indivíduos na função de mediadores em interações em que a barreira linguística impediria a comunicação, seja de textos escritos ou textos orais, no contexto de uma prática oficiosa. Com o passar do tempo, esses tradutores e/ou intérpretes se transformaram no profissional ‘tradutor/intérprete’ e as artes da tradução/interpretação foram, lentamente, consolidando-se como um conjunto de competências passíveis de ensino/aprendizagem, passando a constituir o ramo aplicado do campo disciplinar hoje conhecido como Estudos da Tradução (VASCONCELLOS, 2010, p. 123. Aspas do autor).

Deste modo, pensar sobre a atuação do intérprete, agora também como um campo de pesquisas promissor, faz-se necessário e importante. Refletir sobre a atuação no âmbito educacional ainda mais, porque se trata de um espaço de pouco *status* e que demanda um esforço para além do momento de atuação do profissional. Vale lembrar,

³ O PROLIBRAS foi um exame de proficiência criado como medida emergencial para certificar os profissionais que já atuavam como TILS; teve período de duração de dez anos após a publicação do Decreto 5.626.

ainda, conforme apontam Santos e Lacerda (2015), que somente a presença do intérprete em sala de aula não assegura inclusão do aluno na sala de aula, é preciso que as estratégias sejam repensadas e as atividades também para que o desenvolvimento do aluno seja proveitoso – esse é apenas um das muitas funções do intérprete educacional.

Somam-se a todos esses fatores e papéis a relação estreita e diária do TILS não apenas com os muitos professores, mas com os diferentes alunos surdos. Os alunos surdos que frequentam a escola têm uma condição linguística diferenciada e isso mostra a necessidade de respeito com essas condições, tornando indispensável a presença do intérprete dentro da sala de aula, para que a sedimentação da construção de sentidos seja efetiva (SANTOS; LACERDA, 2015).

A maior responsabilidade do intérprete dentro da sala de aula é tornar tudo acessível – embora saibamos que todo processo de tradução e interpretação sofre perdas - de forma que o aluno compreenda o conteúdo, mesmo diante da realidade de muitos surdos com aprendizado tardio da Libras – neste caso o cuidado com a interpretação deve ser maior, pois pode haver prejuízos para a linguagem e constituição do surdo enquanto sujeito.

Assim, o intérprete tem de ser um profissional capaz de entender quando deve dizer o que a quem e de que maneira, a depender de onde ele esteja e quem esteja envolvido. Daí minha afirmação de que interpretar em Libras também é dizer o “mesmo” a outros, ou seja, dizer uma coisa de acordo com a situação em que se diz, com a intenção de quem diz e com as características daquele a quem se diz. (SOBRAL, 2008, p. 132. Aspas do autor).

Lacerda (2009) traz ainda outras questões sobre o trabalho do intérprete junto a alunos surdos. Frequentemente o intérprete tem que criar diversos recursos pedagógicos a fim de possibilitar um melhor acesso à informação, pois a falta de conhecimento por parte do aluno traz prejuízos para sua formação acadêmica. Embora esta possa parecer a função do docente, o intérprete muitas vezes necessita destes meios para tornar seu trabalho viável, e esta também é sua função.

O termo “intérprete educacional” (IE) é utilizado para diferenciar o campo de atuação do profissional, entretanto o IE não vai ocupar o lugar do professor e nem ter a responsabilidade de assumir e planejar o ensino ao aluno surdo. Sua função será favorecer a aprendizagem e interpretar o conteúdo ensinado pelo professor; sendo assim uma das responsabilidades do IE é intermediar a relação entre professor/aluno surdo,

aluno ouvinte/aluno surdo no processo de ensino/aprendizagem, estando sempre atento para que não ocorram omissões ou acréscimos de conteúdos prejudiciais ao aluno surdo (LACERDA, 2009).

Tratando-se da atuação em sala de aula, cada profissional deve conhecer a sua função e a função do outro com quem atua. Cabe ao intérprete ter o domínio da língua alvo e da língua fonte para que as informações sejam passadas corretamente, mas seu papel não é apenas interpretar. O IE também precisa apoiar o professor a encontrar maneiras que favoreçam o aprendizado do aluno surdo, elaborando e pensando em materiais didáticos eficientes. Segundo Lacerda (2009) a atuação do intérprete não acontece somente nas funções dentro da sala de aula, mas também na interação comunicativa, para que haja uma boa comunicação social e cultural e que o aluno surdo tenha um bom desenvolvimento acadêmico e acesso aos conhecimentos.

A educação inclusiva é um tema que vem sendo discutido com frequência; alunos com deficiência tem o direito de estudar em escolas regulares, e por lei tem direito a um profissional para auxiliar nas atividades; ainda há muitas contradições quanto ao que é possível realizar nas escolas inclusivas pelos alunos. Em pesquisa realizada por Vargas (2011) verificou-se como estava acontecendo a inclusão escolar de alunos surdos; constatou-se que os intérpretes estavam exercendo a função de ensinar, que cabe ao professor; todavia estes ainda não estavam prontos para se comunicar com o aluno surdo. Relatos dos professores indicaram que os intérpretes deveriam se adequar mais ao cotidiano do aluno surdo; já os relatos dos intérpretes indicaram que os professores precisariam adaptar explicações para que o aluno surdo compreendesse de maneira mais adequada. O autor constatou que as aulas não eram planejadas com antecedência, nas aulas a metodologia era tradicional com uso de giz e quadro, dentre outros aspectos que dificultavam o trabalho do intérprete e, principalmente, o aprendizado do aluno surdo. Na pesquisa apenas dois professores utilizaram desenhos ou recursos visuais no quadro para explicar os conceitos, mas nenhum dos professores utilizou o processo de **interação** entre ele e o aluno.

A mesma pesquisa revelou como resultado que os professores se mostraram preocupados com os alunos surdos, mas não fizeram nada para mudar a situação; algumas poucas vezes o professor explicava diretamente para o aluno surdo e outras vezes para o restante da sala, mas a opção principal era explicar para o restante da sala (VARGAS, 2011).

Deste modo, compreendemos que no espaço educacional o trabalho do IE vai muito além dos processos de interpretação e envolve questões bastante delicadas, como a relação e interação com o aluno surdo – objeto de interesse deste estudo -, com o professor, o processo de mediação pelo qual ele é responsável, bem como sua participação nos processos de ensino e aprendizagem. Esta função, portanto, é inerente ao profissional, e é a partir dessa afirmação que daremos sequência a este estudo.

CAPÍTULO II

DELINEAMENTO METODOLÓGICO E CONTEXTO DA PESQUISA

Em virtude dos apontamentos prévios em relação à educação inclusiva dos surdos e o ensino/aprendizado, objetivamos fazer uma busca sobre as produções científicas após a publicação do Decreto 5.626 (BRASIL, 2005), a partir de levantamento bibliográfico. O período a ser considerado para pesquisa foi a partir do ano de 2005 – publicação do Decreto, até o ano de 2018.

A metodologia utilizada neste trabalho é uma revisão bibliográfica, que permite realizar o levantamento de aspectos teóricos e metodológicos. Referente à pesquisa bibliográfica, é feita com base em materiais já desenvolvidos, como por exemplo artigos, livros, jornais e revistas.

A pesquisa bibliográfica contém dois lados: um vantajoso e outro que pode ser prejudicial. O lado vantajoso seria o fato de que o pesquisador pode ter acesso a fenômenos mais amplos, segundo a visão de Gil (2002, p. 44): “Seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda per capita; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas”. E o lado prejudicial é referente às fontes secundárias que podem apresentar dados de forma equivocada, fazendo com que o pesquisador que utilizará esses dados se aprofunde nesses erros.

Para que chegássemos ao objetivo da pesquisa foram feitos levantamentos bibliográficos através de bases de dados nacionais. As bases selecionadas foram: Scielo Brasil, uma base de dados científicos eletrônica, e Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fontes atualizadas que fornecem dados confiáveis.

Os critérios de inclusão do levantamento de pesquisas foram: trabalhos desenvolvidos no Brasil e artigos (visto sua maior circulação e atualidade). Os demais tipos de produção foram excluídos, pois não haveria tempo hábil para uma análise mais aprofundada dos diferentes produtos considerando o tempo de dedicação em um Trabalho de Conclusão de Curso.

As palavras utilizadas para a busca de dados foram: Ensino; aprendizagem; surdez; Papel intérprete; ensino; Educação surdos; Educação inclusiva surdos; Ensino surdo escola; relação intérprete aluno surdo; intérprete aluno surdo sala de aula. As

palavras poderiam estar em qualquer campo do registro, tais como título, resumo e/ou palavras-chave.

No total foram encontrados 1.775 resultados em uma busca inicial, sendo 1.494 no Portal de Periódicos do Capes e 281 no Portal de Periódicos do Scielo.

Após a coleta de todos os registros acima foi feita uma filtragem através da leitura dos títulos dos registros averiguando quais atendiam os objetivos da pesquisa, restando assim 65 no Portal de Periódicos da Capes e 13 Portal de Periódicos do Scielo.

Após a seleção por títulos a filtragem se deu pela leitura dos resumos, de forma que trouxessem elementos/indícios de discussões sobre a relação do intérprete com o aluno surdo nas questões de ensino e aprendizagem. Após a leitura dos resumos e selecionados somente artigos, os resultados foram: 02 artigos no Portal de Periódicos dos Capes e 03 no Portal de Periódicos do Scielo. Ao iniciar as leituras dos periódicos fomos percebendo que alguns destes não apresentavam o conteúdo esperado em acordo com nossos objetivos, então os resultados que restaram podem ser conferidos na tabela abaixo:

Ano de publicação	Autor	Título
2006	Cristina Broglia Feitosa de Lacerda	A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência
2011	Carlos Henrique Rodrigues; Carla Couto de Paula Silvério	Interpretando na educação: quais conhecimento e habilidades o interprete educacional deve possuir?
2012	Gildete da Silva Amorim	Surdez, Educação e interpretação em língua de sinais
2014	Kely Cristiane da Silva, Adail Antonio Alves de Oliveira	O papel do intérprete de LIBRAS no processo de aprendizagem do aluno surdo nos anos iniciais do ensino fundamental
2016	Luiz Antônio Zacanaro Junior; Tatiane Maria Lui Zacanaro	A atuação dos interpretes de Libras com educandos surdos no ensino fundamental

Tabela 1: Resultados da pesquisa nos portais de periódicos

Fonte: elaborado pela autora

Os equipamentos e materiais utilizados para a análise da pesquisa foram um computador, papel e caneta (para anotações), e o local de pesquisa foi a Universidade Federal de São Carlos- UFSCar mais especificamente o prédio da Educação Especial,

no departamento de Psicologia, para encontros e discussões para a elaboração do mesmo.

Os dados serão apresentados, discutidos e analisados no próximo capítulo, sendo que os dados serão apresentados de maneira quantitativa.

CAPÍTULO III

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentadas as análises dos resultados encontrados, trazendo à discussão alguns teóricos da área da surdez, a legislação vigente e buscando uma reflexão sobre os achados dos últimos anos. Conforme exposto no capítulo anterior, foram encontrados 05 trabalhos com a temática investigada; apresentaremos cada um dos trabalhos encontrados a seguir.

O trabalho “O papel do intérprete de LIBRAS no processo de aprendizagem do aluno surdo nos anos iniciais do ensino fundamental”, escrito por Kely Cristiane da Silva e Adil Antonio Alves de Oliveira, apresentou como objetivo discutir o papel do intérprete nos anos iniciais da educação. Segundo os autores sempre houve confusão de papéis entre intérprete e professor, mas trata-se de duas figuras diferentes e que exercem funções diferentes e que, portanto, precisam delimitar as funções para que não confundam principalmente o aluno surdo. Realizadas entrevistas com intérpretes, os autores obtiveram os seguintes resultados: a maior dificuldade na sala de aula é quando o professor não faz adaptação do material para os alunos surdos, e para esses alunos é fundamental a presença do intérprete na sala de aula, pois auxiliam na comunicação tanto com o professor quanto com os colegas. Com relação à atuação pedagógica do IE, o trabalho apresenta que o intérprete sempre atuou como mediador na sala de aula fazendo a interpretação de todo o conteúdo para o aluno surdo, sendo impedido pela conduta ética de se envolver mais do que isso.

Nota-se a partir de algumas afirmações, mesmo que os autores afirmem saber que a mediação pedagógica cabe ao IE, uma resistência quanto a realização de tarefas pedagógicas, como o preparo de materiais. Os autores argumentam, também, que os alunos enxergam no IE uma figura essencial devido à incapacidade do professor se comunicar em Libras com o aluno. Porém, de acordo com o Decreto 5.626 (BRASIL, 2005), o professor deve receber a formação em Libras para lidar com a singularidade linguística do aluno, e não necessariamente para se comunicar com ele. Além disso, Santos, Diniz e Lacerda (2016) apontam que o preparo de materiais didáticos que auxiliem em sala de aula é a tarefa sim do IE, bem como a participação e realização de atividades, estudos e tarefas extraclasse:

Nota-se que, na realidade não se trata de funções extras assumidas pelo IE, mas de flexibilização do trabalho realizado. Assumir tais funções se faz necessário em se tratando de processos de ensino e aprendizagem. Esses relatos indicam a necessidade de envolvimento do intérprete nas práticas educacionais (SANTOS; DINIZ; LACERDA, 2016, p.154)

Deste modo, compreendemos que a realização da mediação pedagógica é inerente ao trabalho do IE e não uma atividade extra ou que, por esta razão o intérprete seja uma referência em sala de aula. Nada mais é do que o seu trabalho. No artigo apresentado os autores apontam para a confusão de papéis em sala de aula, mais o que percebemos durante a leitura é que os próprios autores apresentam contradições e conflitos sobre a definição de papéis. Assim, a pesquisa trata da relação entre intérprete e aluno sob uma visão equivocada do que é parte do trabalho do intérprete.

Já o trabalho com o título “A inclusão escolar de alunos: o que dizem alunos, professores e interpretes sobre esta experiência”, escrito por Cristina Broglia Feitosa de Lacerda, apresenta como objetivo discutir a opinião do intérprete segundo a inclusão do aluno surdo na sala de aula. Segundo a autora o modelo inclusivo seria a melhor proposta para as escolas (no período em que o texto foi publicado), mas muitos problemas são enfrentados por motivos de que as escolas não se dispõem a fazer todo o processo inclusivo necessário. A pesquisa começou a ser feita e de imediato a escola se mostrou bem interessada em incluir o aluno surdo com a presença de um intérprete de língua de sinais. A autora obteve o seguinte resultado nas pesquisas: para o aluno surdo ser acompanhado por uma intérprete trata-se de um processo corriqueiro, pois desde que entrou na escola sempre teve alguém interpretando; em relação ao intérprete ele torna os conteúdos acessíveis não só traduzindo, mas também tornando o local acessível para o aluno surdo. Com relação à atuação pedagógica do IE, o trabalho apresenta que o intérprete está sempre presente nas atividades da sala de aula, dando ao aluno surdo acesso a todos os conteúdos, não só traduzindo, mas também adaptando materiais e também em intensa interação com o aluno, pois o objetivo principal é a aprendizagem e o desenvolvimento deste.

Segundo algumas afirmações da autora a proposta de inclusão do aluno surdo na sala de aula é adequada, mas as escolas não estão preparadas para receber os alunos e os profissionais. Segundo o Decreto 5.626 (BRASIL, 2005) as instituições responsáveis pela educação devem garantir a inclusão do aluno surdo por meio de escolas e classes

bilíngues e também as escolas comuns regulares; os profissionais precisam estar cientes da singularidade linguística dos alunos surdos e a escola para providenciar intérpretes de Libras. Além disso, Santos e Lacerda (2015) apontam que as escolas precisam estar preparadas para receber não só o aluno surdo, mas também o IE. Mesmo com a atribuição de leis e criação/ existência de cargos isso não vem acontecendo nas escolas. Então nota-se que a escola não está preparada para receber o aluno surdo e o profissional, tornando assim o IE responsável por todo o trabalho do aluno surdo, estando presente nas aulas e atividades. Embora estar presente, dar acesso, adaptar materiais sejam atividades próprias da sua função, ao receber toda a responsabilidade pelo ensino e aprendizado o professor acaba se eximindo de realizar diversas tarefas que lhe cabem enquanto professor regente. A relação entre intérprete e aluno, neste artigo, é abordada do ponto de vista pedagógico.

O trabalho com o título “A atuação dos intérpretes de Libras com educandos surdos no ensino fundamental”, escrito por Luiz Antônio Zancanaro Junior e Tatiane Maria Lui Zancanaro, visa discutir a presença do IE no ensino fundamental; segundo os autores muitas vezes o intérprete assume um papel que não é dele, ministrando cursos de Libras para pais, professores e funcionários, mas ele nunca deixa de exercer a sua função e ter um papel de suma importância no ensino fundamental. Os autores afirmam a necessidade de cuidados em sua atuação, pois se dá no processo de ensino-aprendizagem; mas em algumas escolas este profissional não é aproveitado como deveria. As autoras obtiveram os seguintes resultados: o IE tem a função de intermediar a comunicação entre o aluno surdo e os ouvintes dentro da escola, e também de estabelecer uma parceria com o professor para que possa adaptar as aulas de maneira que seja visual, e contribuir para o desenvolvimento do aluno surdo. Com relação à atuação pedagógica do IE, o trabalho apresenta estratégias utilizadas por eles para facilitar o desenvolvimento do aluno surdo: são utilizados materiais de apoio visual e sinais básicos com uso de classificadores⁴. Isso acontece, pois, às vezes, o conhecimento dos alunos em relação a Libras é mínimo e o intérprete precisa encontrar

⁴ “Classificadores nas línguas de sinais são geralmente configurações de mãos que funcionam como morfemas e construções de classificador são predicados complexos que podem expressar algum ou todos os seguintes: movimento, posição, descritivo-estático ou informação de manuseio.” Emmorey et al. (2011, p.12)

maneiras diferentes para que os conceitos sejam construídos de modo que o aluno surdo compreenda.

Algumas afirmações dos autores mostram que o IE tem a função de mediar a comunicação entre o aluno surdo e os ouvintes dentro da escola, e exerce um papel de suma importância com relação ao ensino-aprendizagem, mas muitas vezes ele ministra aulas de Libras assumindo uma função que não lhe cabe. Segundo o Decreto 5.626 (BRASIL, 2005) as instituições federais responsáveis pela educação têm a obrigação de promover os cursos de formação nas escolas, estimulando a comunicação em Libras. Porém, devido a escassez de profissionais surdos para o ensino de Libras nas escolas é comum que o intérprete assuma esta tarefa. Assim, observa-se neste artigo, que além de uma mediação pedagógica, o IE também é responsável por capacitar (em Libras) os ouvintes que convivem com o aluno surdo.

Em relação à parceria do IE com o professor, Santos (2014) aponta que é de extrema importância a união dos dois para que os conhecimentos do aluno sejam apropriados:

O professor é responsável pelo ensino, por proporcionar o conhecimento científico ao aluno, e o IE é responsável por transformar a informação de uma para outra língua. Quando da presença do aluno surdo, ambos são imprescindíveis: o professor precisa do IE para lhe auxiliar nas questões da surdez e da Libras (que ele desconhece), e o IE necessita da boa atuação e conhecimento do professor para que seu trabalho seja efetivo (SANTOS, 2014, p. 30).

Deste modo, compreendemos que os profissionais estão cumprindo com as suas devidas responsabilidades e fazendo com que a parceria seja proveitosa para o ensino-aprendizagem do aluno surdo.

O trabalho com o título “Interpretando na educação: quais conhecimentos e habilidades o intérprete educacional deve possuir?”, escrito por Carlos Henrique Rodrigues e Carla Couto de Paula Silvério, discute a atuação do IE dentro da sala de aula até os anos finais do ensino fundamental. Segundo os autores é possível ver claramente qual é a função do intérprete; ele participa diretamente da construção do ensino-aprendizagem do aluno surdo, tendo o professor como responsável por ele dentro da sala de aula. Sendo assim o aluno surdo participa integralmente de todas as atividades, pois há uma parceria entre professor e intérprete para a adaptação das aulas. Com relação à atuação pedagógica do IE, apresenta-se que o trabalho do IE nos anos finais do ensino fundamental é apenas interpretar e reformular textos.

Ao afirmar que a função do intérprete é “apenas” interpretar e reformular textos, os autores reduzem a atuação do IE, excluindo-o de seu papel pedagógico. Os autores trazem como abordagem teórica os Estudos Surdos e Estudos da Tradução, o que pode gerar uma aproximação da atuação do IE à função de um intérprete de conferência, por exemplo. Mas não podemos tratar os profissionais como se atuassem da mesma forma, trata-se de ambientes muito diferentes e que exigem mediações diversas e específicas.

Também conforme as afirmações dos autores, professor e intérprete têm as suas funções divididas, mas deve-se formar uma parceria, em que o professor é responsável pelo aluno e o intérprete auxilia na construção do ensino-aprendizagem do aluno surdo. Sendo assim, como afirma Santos (2014, p. 33), o IE necessita de uma antecedência para auxiliar o professor, pois precisa fazer um planejamento, estudar os conceitos e analisar o tema: “Assim o professor pode e deve fazer o uso de recursos, de forma a proporcionar construção de sentidos ao aluno – não somente ao surdo, mas ao ouvinte, que também se beneficiará dessa estratégia -, bem como de facilitar o trabalho do IE”.

Deste modo é preciso cuidado ao afirmar que se trata de uma parceria entre professor e intérprete; pode acontecer de simplesmente haver uma delimitação das funções e, assim, cada um trabalha com aquilo que é de sua função.

O trabalho com o título “Surdez, educação e interpretação em língua de sinais”, escrito por Gildete da Silva Amorim, tem como objetivo discutir a atuação do intérprete de libras na sala de aula. Segundo a autora quando um IE é inserido na sala de aula as possibilidades de o aluno receber as informações aumentam, mas as outras necessidades que o aluno precisa não são atendidas. Conclui-se que não existe uma relação entre professor e aluno surdo, pois toda a responsabilidade do aluno fica por conta do intérprete. Mas como se dá essa relação não é discutido no artigo.

A partir das afirmações do autor, o IE é inserido na sala de aula apenas para passar as informações e não há uma parceria com o professor. O Decreto 5626 (BRASIL, 2005) afirma que o professor regente precisa ter conhecimento da singularidade linguística do aluno, pois é responsável pelo mesmo – o que não se observa no artigo analisado.

Segundo as afirmações da autora o aluno surdo tem a presença do intérprete apenas para passar as informações, faltando assim atender algumas necessidades e construir uma relação com o professor, para que possam trabalhar juntos adaptando

materiais que facilitem a compreensão do aluno surdo. Nota-se que o professor não se importa e deixa toda a responsabilidade do aluno surdo para o IE.

Diante da apresentação e discussão dos achados, podemos refletir sobre as relações que permeiam a atuação do IE e apontar algumas lacunas.

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como finalidade analisar as relações em que o Intérprete Educacional está imerso, mais especificamente a relação entre o IE e o alunos surdo, durante sua atuação na sala de aula e entender as especificidades destas, a partir das publicações após o Decreto 5.626, do ano de 2005. O levantamento bibliográfico indicou, inicialmente, um grande número de pesquisas sobre este tema, mas depois de uma análise mais detalhada notou-se que poucos são os artigos que discutem as relações que afetam diretamente as práticas do IE.

O presente capítulo encerra este estudo trazendo as conclusões do mesmo como um todo. Ressaltamos então que o objetivo da pesquisa foi alcançado; compreendemos que o trabalho do IE não é apenas o processo de interpretação, e que envolve questões como a relação e interação com o aluno surdo e com o professor, sendo ele responsável pela mediação e também participação nos processos de ensino aprendizagem.

O papel do IE dentro da sala de aula é passar o conteúdo para o aluno e ajudar o professor na elaboração/adaptação de materiais, mas a função que muitas vezes lhe é dada trata-se de ser totalmente responsável pelo aluno surdo, assumindo muitas vezes o lugar de “professor”.

Os trabalhos analisados trouxeram diferentes percepções; alguns tratam da relação do IE com os alunos surdos pelo viés da aprendizagem, outros sobre a atuação do IE dentro da sala de aula, e por fim alguns discutem a presença do IE no ensino fundamental.

Destaca-se que a maior parte dos trabalhos é direcionada para a relação professor e IE, sendo poucos deles sobre a relação do IE com o aluno surdo, e quando se discute esta questão falam-se, principalmente, sobre a mediação pedagógica, os processos de ensino, adaptação de material e outros fatores.

A discussão sobre esta relação – IE e aluno surdo - é de extrema importância, pois o IE tem um papel fundamental dentro da sala, tendo responsabilidade não apenas pela mediação e pelos processos de ensino aprendizagem. Como se trata de uma relação diária e de muita proximidade, acreditamos na importância de uma boa relação para os dois; para o aluno surdo porque é para este profissional que ele vai **olhar** diariamente

(durante muitas horas), e o IE pode influenciar até mesmo a afinidade por determinadas áreas de conhecimento. Para o IE porque esta relação afeta/influencia diretamente suas práticas, podendo tornar mais (ou menos) claros os conteúdos a depender das emoções ali envolvidas.

Os resultados apontam, portanto, a necessidade de mais produções nesse sentido, para que o IE possa identificar e lidar melhor com seu público – o aluno surdo – no cotidiano. Esperamos que esta pesquisa possa colaborar para a área da surdez e da educação de surdos em que o Intérprete Educacional está presente.

REFERÊNCIAS

ALBRES, N.A. **A construção dos sinais e sua mobilidade específica**. In: LACERDA, C.B.F de; SANTOS L.F. dos. *Tenho um aluno surdo, e agora?*. São Carlos: EDUFSCar, 2014.p.80-98

AMORIM, G. S. **Surdez, Educação e Interpretação em língua de sinais**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/seer/index.php/revista-espaco/article/view/206>. Acesso em: 30 de setembro de 2018.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

_____. **Lei nº 9394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Diário Oficial da União em 20/12/1996.

_____. **Lei nº 10.098**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 dez. 2000.

_____. **Lei nº 10.436**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 24 abr. 2002.

_____. **Decreto nº 5626**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 22 dez. 2005.

_____. **Lei nº12.319**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Publicada no Diário Oficial da União em 01/09/2010.

GIL, A. C. (1946). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GURGEL, T. M. A. **Práticas e formação de tradutores intérpretes de língua brasileira de sinais no ensino superior**. 2010. 168f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2010.

KELMAN, C.A. **Interações de alunos surdos com professores e colegas em espaço escolar inclusivo**. 2005. 163f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília Instituto de Psicologia, Brasília, 2005.

LACERDA, C. B. F. de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cadernos Cedes: Educação, Surdez e Inclusão Social**. Campinas. v. 26, n. 69, p. 163-184, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622006000200004&lng=en&tlng=en. Acesso em: 30 setembro de 2018.

LACERDA, C. B. F. de. **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.

LACERDA, C. B. F. de. O intérprete de língua de sinais em sala de aula: experiência de atuação no ensino fundamental. **Contrapontos** - volume 5 - n. 3 - p. 353-367 - Itajaí, set/dez 2005.

LODI, A.C. B e LACERDA, C.B.F.: **Uma escola duas línguas**: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012. 160p.

MARTINS, V. R. de O. Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais Educacional. **Belas Infieis**, 5(1), 147-163, 2016.

PAGURA, R. A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. **DELTA**, São Paulo , v. 19, n. spe, p. 209-236, 2003.

RODRIGUES, C. H; SILVÉRIO, C. C. P. Interpretando na educação: quais conhecimentos e habilidades o interprete educacional deve possuir? **Espaço**: Informativo Técnico-Científico do INES, Rio de Janeiro. n. 35. p. 42, Jan./Jun. 2011. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/seer/index.php/revista-espaço/article/view/244>. Acesso em: 30 setembro de 2018.

SANTOS, L.F. dos. **O fazer do intérprete educacional**: práticas, estratégias e criações. São Carlos, 2014. 200f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

SANTOS, L.F. dos; DINIZ, S.L.L.M.; LACERDA, C. B. F. de. Práticas de interpretação no espaço educacional: para além dos limites da sala de aula. In: LACERDA, C.B.F; SANTOS, L.F; MARTINS, V.R.O. (orgs). **Escola e Diferença**: caminhos para educação bilíngue de surdos. São Carlos: EDUFSCar, 2016.p. 149-163.

SANTOS, L.F. dos; LACERDA, C. B. F de. A atuação do Intérprete Educacional: parceria com professores e autoria. In: **Revista Cadernos de Tradução**: Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais, Florianópolis, 2015.

SILVA, K., OLIVEIRA, A. O papel do intérprete de LIBRAS no processo de aprendizagem do aluno surdo nos anos iniciais do ensino fundamental. **Eventos Pedagógicos**, 5 jul. 2014. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/1494>>. Acesso em: 30 setembro de 2018.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 4. Ed. São Paulo: Editora Livraria Martins Fontes, 1991. v.631. 90p.

ZANCANARO JUNIOR, L. A.; ZANCANARO, T.M. L. A atuação dos intérpretes de Libras com educandos surdos no ensino fundamental. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, p. 83-94, mar. 2016. ISSN 1984-686X. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/17734>>. Acesso em: 30 setembro de 2018.doi:<http://dx.doi.org/10.5902/1984686X17734>.